

HISTÓRIA DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA CADEIA PRODUTIVA AVÍCOLA NO OESTE PARANAENSE (1980-2010)

Antônio de Pádua Bosi¹

Resumo:

Este artigo discute as relações de trabalho presentes na constituição da cadeia produtiva avícola no Oeste do Paraná no período de 1970 a 2010. O principal argumento busca sondar e analisar as formas de subordinação do trabalho e dos trabalhadores ao capital que organiza esta cadeia produtiva.

Palavras-chave: Trabalhadores; Trabalho; Cadeia Produtiva Avícola.

1. Introdução

O Brasil encerrou o ano de 2009 como o terceiro maior produtor de frangos do planeta, atrás dos Estados Unidos e da China. O mercado interno absorveu 2/3 dessa produção, o equivalente a 7,2 milhões de toneladas de carne ou 3,2 bilhões de cabeças de frango. O restante foi exportado para a União Europeia, China, países do Oriente Médio e Japão (UBA, 2009).

Numa escala de longa duração esses números são ainda mais impressionantes porque indicam uma ascensão sem interrupções, acelerada a partir da década de 1980. Em meado dos anos 50 estimou-se que foram abatidas 7,2 mil toneladas de carne de frango (ARASHIRO, 1989, p.156-157)². Este número saltou para 224 mil toneladas em 1971, 484 mil toneladas em 1975 e ultrapassou a casa dos milhões ao atingir 1,2 milhões de toneladas em 1980 (DALLA COSTA, 1997, p.259).

A evolução da tecnologia empregada na criação de frangos também aumentou a produtividade à medida que encurtou o tempo de vida dessa ave até ser abatida. Atualmente o peso do frango para o abate é de 2,44 quilos, mas ele já foi de 2,25 quilos em 2000, 1,9 em 1990, 1,8 em 1980, 1,7 em 1970, 1,6 em 1960 e de 1,5 em 1930. Na década de 1940 um frango ou uma galinha viviam 3,5 meses até a degola. Vinte anos depois este tempo foi reduzido para dois meses até encolher à casa dos 41 dias em 2009 (UBA, 2009). O índice de conversão alimentar igualmente refletiu a intensa inovação tecnológica havida no setor. Resultou disso a diminuição da quantidade de ração necessária ao tempo ideal para engorda dos frangos, numa relação que já foi de 3,5 em 1930, de 2,5 em 1950, de 2,15 em 1970, de 2,05 em 1990, chegando a 1,78 em 2009³. Na base tecnológica dessas mudanças estão volumosos esforços de melhoramento genético e desenvolvimento de insumos, ambos controlados por empresas multinacionais oligopolizadas tais como Tyson Foods, Cobb-Vantress e Hubbard.

O preço de varejo da carne de frango tornou-se mais acessível (embora não saibamos onde foi parar seu sabor!), retraindo de US\$4,05 o quilo em 1974 para US\$1,2 em 2009. Este barateamento a fez emparelhar com o consumo da carne bovina e ultrapassar a suína (ao menos nos pratos dos trabalhadores mais pobres). Em 1970 o consumo per capita anual de frango no Brasil era de 2,3 quilos contra 22,8 de carne bovina e 8,1 de suína. Em 1995 ele passou para 23,2 quilos de carne de frango contra 25,4 de carne bovina e 7,9 de suína. Em 2010 o consumo per capita chegou a 43,9 quilos de carne de aves (41 referentes a frango), 37,4 quilos de carne bovina e 14,1 de carne suína⁴.

Fecha este quadro o aumento da produtividade do trabalho verificado tanto no manejo dos aviários como nos frigoríficos. Nesse caso uma reorganização do processo de trabalho

¹ Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Doutor em História pela UFF. antonio_bosi@hotmail.com

² Esta informação é do Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura. A referência fez-se relativamente a cabeças de frangos e galinhas. Fiz a conversão para quilograma na razão de 1,58, considerando o peso médio do frango naquela época.

³ Índice de Conversão Alimentar é medido pelo consumo de ração do animal durante o período de engorda dividido pelo ganho de peso.

⁴ Informações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

aconteceu articulada a inovações tecnológicas que reduziram o “desperdício” de tempo e de meios de produção. Os fabricantes de equipamentos se esmeram em evidenciar esta tendência à medida que não cessam de aperfeiçoar e oferecer máquinas que comprimem, cada vez mais, postos de trabalho. A esse respeito, a Marel Food System, uma multinacional de origem dinamarquesa que produz máquinas para frigoríficos, recentemente anunciou uma tecnologia que automatiza o corte da carne de frango em tiras e cubos (exigência do mercado japonês), o que diminuirá a presença humana às funções especializadas de operação e manutenção do maquinário (SAVAGLIA, 2009; MAREL, 2011).

Esses números causam espanto. Geralmente eles são repetidos para ilustrar a dinâmica da acumulação de capital ocorrida no setor agroindustrial no país durante os últimos 40 anos. Eles têm servido também para alimentar um repertório político que ovaciona a importância do setor avícola na pujante economia brasileira. De nosso lado, pretendo fustigar a força desses números problematizando-os à luz da história de milhões de trabalhadores que, durante as últimas 8 décadas, fizeram a riqueza de granjas, frigoríficos e multinacionais ligadas a agroindústria⁵. De modo mais específico interessa-me identificar e discutir as relações de trabalho existentes ao longo da estruturação da cadeia produtiva avícola (numa escala que vai do trabalho nos criatórios aos frigoríficos), enfatizando a presença dos trabalhadores neste processo.

2. Aumento do consumo e industrialização da carne de frango

O costume que conectava milhões de moradores nas cidades a pequenos armazéns, mercearias e vendedores ambulantes de frangos caipiras não foi fácil e prontamente desativado pela progressiva produção industrial de carne de frango. Ele foi duramente atacado. Quatro fatores contribuíram sobremaneira para viabilizar tal mudança. O barateamento do preço da carne de frango, novas necessidades e noções de higiene que alteraram a compreensão popular sobre o preconceito contra o consumo do frango abatido, o desenvolvimento de uma logística que permitiu uma distribuição nacional mais adequada (isto é, lucrativa) e o emprego de tecnologias que possibilitaram o congelamento sem efeitos colaterais visíveis.

A primeira dessas mudanças decorreu de forte e rápido incremento tecnológico que permitiu a manipulação genética das matrizes de frangos de maneira a aumentar seu peso, abreviar o tempo de engorda e alterar sua constituição física hipertrofiando seu flanco (o “peito do frango”). Como já salientado, entre 1930 e 2009 o peso médio do frango aumentou 67% (de 1,5 quilo para 2,5 quilos). Se analisada em intervalos menores esta evolução fez-se mais nitidamente a partir da década de 1990, quando o peso registrado saltou de 1,9 quilo para 2,25 quilos em 2000, aproximadamente 19%. O aumento alcançado nesses 10 anos equiparou-se ao que havia sido conseguido entre 1930 e 1990. O mesmo investimento aconteceu na nutrição e imunização dos frangos. A composição da ração cada vez mais privilegiou componentes que aceleraram o crescimento das aves. A ela são misturados diversos antibióticos que travam uma luta incessante contra minúsculos parasitas que não cessam de transmutar-se para resistir e anular os medicamentos. Vacinadas desde o ovo e alimentadas durante 41 dias (ou 45 a depender do tipo de frango) essas novas aves agigantaram-se tão rapidamente que, não raras vezes, sua frágil estrutura óssea e os flancos hipertrofiados tornaram inviável seu deslocamento. Mas se caminhassem normalmente seria um esforço inútil dada a superlotação dos aviários.

Completa este quadro uma produção industrial em escala de tipo taylorista / fordista a partir da qual o trabalho nos frigoríficos ficou reduzido a padrões de cortes repetitivos e de fácil apreensão. Tal modelo industrial que sustentou esta mudança a partir dos anos 70 espelhou-se no desenvolvimento monopolista do capital, concentrando, em poucas e grandes empresas a pesquisa, as patentes das inovações tecnológicas e a própria produção de frangos (no que diz

⁵ Estima-se que 5 milhões de trabalhadores estão atualmente ligados direta ou indiretamente à cadeia produtiva avícola.

respeito aos frigoríficos). Tudo isso espremeu para baixo o preço da carne de frango relativamente às carnes bovina e suína. Como já foi dito, o preço nacional de varejo do quilo dessa carne caiu de US\$4,05 em 1974 para US\$1,2 em 2009, contribuindo para ultrapassar o consumo de outras carnes.

A segunda mudança que favoreceu o aumento do consumo de carne de frango abatido deveu-se à generalização e intensificação de novas noções de higiene sobre a carne. A presença do Estado no abate e comércio de frangos fez-se por meio, principalmente, de fiscalização exercida pelo Sistema de Inspeção Federal (SIF), cuja ação pressionou fortemente os pequenos e médios estabelecimentos ajudando os grandes matadouros a empurrá-los para fora do mercado. A isso se associou a necessidade, rapidamente disseminada a partir dos anos 80, de aligeirar o tempo das refeições. Nas médias e grandes cidades o hábito de “comer fora”, imposto pela intensificação das jornadas de trabalho⁶, fomentou o surgimento de restaurantes populares *self service* que se tornaram grandes compradores de carne e passaram a exhibir, em suas cubas, filés de frangos ao lado de tipos pouco nobres e mais baratos de carne bovina. Quanto ao consumo doméstico, o frango pré-parado ou congelado (limpo e pronto para o preparo) mostrou-se mais adequado aos novos hábitos alimentares. A vantagem do frango sobre seu concorrente direto, o boi, foi ajudada ainda por uma sistemática propaganda que divulgava e adulava suas características nutritivas, ressaltando a menor presença de gorduras saturadas como emblema de alimento sadio. Nesse universo protéico a carne de frango foi promovida ao primeiro lugar, apresentada e amplamente reconhecida como a opção mais saudável e barata.

Exemplifica bem esse processo o frango defumado (fabricado pela Sadia), que vinha temperado e podia ir direto para o forno, o que reduzia seu tempo de preparo. A mascote da Sadia surgiu inspirada neste produto. Mas não foi o frango a primeira ave que se afirmou em tais condições. Lançado em 1974, o “Peru Sadia”, pré-temperado, tornou-se símbolo desta mudança.

A propaganda de carne congelada, semipreparada para o consumo, ajudou a generalizar um costume que parecia melhor adaptado às grandes cidades do Brasil nos anos 60 e 70. Para viabilizar o contexto pretendido a Sadia promoveu duas fortes imagens fundamentais para tornar seus produtos tão íntimos do consumidor quanto o frango caipira. O slogan "Pelo ar, para seu lar" prometia uma rápida, moderna e segura distribuição para o Rio de Janeiro e São Paulo, dois dos principais mercados consumidores do país. O arrendamento de uma aeronave da Panair fez a ponte entre o frigorífico de Santa Catarina e o sudeste do Brasil, numa época em que os caminhões frigoríficos ainda não estavam disponíveis. O franguinho com capacete e óculos de motociclista ajudava a popularizar esta imagem. Ele deveria inspirar rapidez e economia de tempo na compra e no preparo da carne, dois dísticos que expressavam os ritmos da vida nas grandes cidades.

A estruturação dessa cadeia de produção de carne de frango implicou uma equação aparentemente simples que combinou a importação de tecnologia industrial com a externalização de funções produtivas para um imenso número de colonos (assim os camponeses são denominados em grande parte do sul do país) que se capitalizaram por empréstimos e aparelharam suas terras como avicultores ou suinocultores, recorrendo ao trabalho familiar. O modelito implantado no Brasil reorganizou todos seus componentes e engrenagens (novas e velhas) numa articulação internacional com o capital. Grandes multinacionais mantiveram o domínio sobre os itens com alto nível de inovação tecnológica, tais como a pesquisa genética, a química das rações e os medicamentos e vacinas. A movimentação e o consumo dessas mercadorias foram garantidos por uma cadeia de produção que hoje agrega matricizeiros, criação

⁶ Esta conjuntura tem sido caracterizada, principalmente, pelo crescente distanciamento entre a residência e o local de trabalho, o aumento do trabalho feminino, jornadas cada vez mais intensificadas e com curtos intervalos para o almoço.

de pintos, engorda de frangos, produção de ração, gigantescos frigoríficos e uma logística para a distribuição da carne⁷.

Não há segredo nisso. O processo que minou a sobrevivência de Divino é o mesmo que impôs um novo costume alimentar ao brasileiro (costume alimentar que viabiliza novo costume de consumo) e que subordinou dezenas de milhares de famílias camponesas à agroindústria, isto é, ao novo padrão de acumulação de capital. O que mais há para falar sobre isso?

3. Os trabalhadores da agroindústria no Oeste do Paraná

Durante a redação deste artigo li no jornal “O Presente” de 16 de agosto (de Marechal Cândido Rondon) que um graxaim havia sido morto a tiros. A polícia conseguiu prender o assassino, mas estranhamente o graxaim foi tomado como criminoso. Sua mãe e seu sogro dolorosamente argumentaram que a “ficha na polícia”, usada para identificá-lo como bandido, dizia respeito a uma infração de trânsito. Meses antes de ser morto, o rapaz havia sido pego dirigindo sem habilitação.

Graxaim é um canídeo comum na região sul. Mede cerca de 60 centímetros e pesa entre 4 e 6 quilos. Já foi o terror das galinhas, um popular predador, e é por esse motivo que seu nome tornou-se o apelido dos trabalhadores pagos para pegar frangos nos aviários e carregá-los até os caminhões que transportam as aves para os frigoríficos. Tive a oportunidade de conversar com dois “graxains”, num aviário instalado no interior de Pato Bragado/PR, por volta das 5 horas (a jornada de trabalho geralmente começa às 19 horas, quando os frangos ficam menos agitados). Fui até lá para observar o que já registrara em entrevistas. Bastante sonolentos e encharcados de suor eles tinham terminado de carregar o caminhão. Descansavam uns poucos minutos antes de esvaziarem o último galpão naquele longo dia, noutro aviário ali perto. O trabalho deles não é bonito de se ver. Agacham, pegam os frangos e os carregam até as gaiolas que são levadas e empilhadas dentro do caminhão. É um movimento sincopado, mas sem qualquer traço de graça ou de criatividade. Depois de algumas horas de trabalho o corpo começa a se rebelar contra tais gestos, desaprovando a repetição insistente daqueles movimentos. De fato fica visível que o tempo cobra algum preço por aquele esforço. No final da jornada estão abobados devido ao sono e sem qualquer vestígio da esperteza que geralmente acompanha a juventude. Assim caminha a humanidade naquele lugar.

Eles ficaram um tanto desconcertados quando eu quis saber sobre a importância daquela atividade. Seus olhares pareceram estranhar minha pergunta. Do jeito deles me disseram que não há nobreza naqueles gestos e que os únicos a ganhar com aquilo são os avicultores e o frigorífico. Mas disseram também que era um trabalho honesto, e preferiam levar a vida assim, honestamente. Gostariam de voltar a estudar e ter uma profissão. Este é um plano adiado diversas vezes que ainda povoa suas expectativas. Aquele rapaz morto a tiros provavelmente partilhava este universo. Ele era um jovem pobre como os outros dois com quem conversei naquele alvorecer do dia. Era um rapaz pressionado a aceitar aquelas condições de trabalho. Ele era casado e trabalhava pegando frangos havia três anos. No dia de sua morte coube ao seu sogro esclarecer sua condição de trabalhador. Ele não era criminoso. Ele trabalhava pegando frangos.

O repertório para rapazes como esse não é animador. Quando crianças eles acumulam deficiências escolares que provavelmente nunca serão superadas. Já na tenra adolescência começam a trabalhar educados que são para tornarem-se exemplos de honestidade e sacrifício. É quando são caçados por traficantes. O que fazer se a vida for uma sequência de dores intermináveis? Sentir-se anestesiado talvez renove temporariamente sua humanidade. Marx diria que nascer pobre e naquele lugar constituem uma forte determinação sobre a experiência humana; imagino também que Edward Thompson não discordaria desta avaliação. De outro

⁷ As primeiras pesquisas que discutiram este modelo datam do final dos anos 70, com destaque para “Camponeses e Agroindústria” (SORJ et al., 1982).

lado, vir ao mundo com uma pesada herança de expropriados parece ser uma das principais e mais importantes engrenagens para a reprodução do capital no setor avícola.

Numa escala ocupacional comparativa que foi construída por um desses jovens os graxains estão localizados entre os catadores de materiais recicláveis e os serventes da construção civil. Este juízo considera, além dos rendimentos, o desprestígio reconhecido em cada um desses trabalhos. Se formos a comparação numa perspectiva internacional veremos que os graxains ocupam, na agroindústria brasileira, lugar semelhante ao que ocupa a população de trabalhadores de origem latina nos frigoríficos estadunidenses (imigrantes ou descendentes nascidos nos EUA).

Entre 1972 e 2001 os empregos em frigoríficos nos Estados Unidos saltaram de 106 mil para 258 mil, a despeito de uma mecanização extensiva das plantas produtivas e do uso de tecnologias intensificadoras de trabalho (KANDEL, 2006). Até então este tipo de ocupação oferecia relativa estabilidade e salários tidos como razoáveis, mesmo para trabalhadores com escolaridade abaixo da média. Tal crescimento tem sido fortemente marcado pelo aumento da presença de trabalhadores latinos (ou descendentes de latinos), que em 2000 já preenchiavam quase 30% desses postos de trabalho, geralmente os serviços considerados mais pesados e difíceis (KANDEL e PARRADO, 2006, p.13). Grosso modo, o valor de US\$18, pagos a trabalhadores sindicalizados para cada hora de trabalho em 1981, declinou para US\$ 6, pagos para trabalhadores mexicanos e guatemaltecos em 2000 (BARBOZA, 2001). Detalhe de conhecimento público é que a grande maioria de latinos nos Estados Unidos trabalha informalmente porque está ilegalmente naquele país. E esta informalidade aproxima ainda mais a situação dos latinos empregados em frigoríficos aos nossos pegadores de frangos.

Muitos graxains não têm registro em carteira, nem férias, nem décimo terceiro. Mas são perfeitos para essa função... até lesionarem as costas ou os ombros. Sem saberem ao certo eles movimentam a agroindústria. Perguntei aos que entrevistei se achavam normal um frango ser criado em 41 dias. Nada mais normal. Aliás, me indagaram se havia outros lugares onde demorava mais do que isso. Não faziam ideia de que os frangos caipiras de Divino viviam mais de três meses antes de estarem prontos para a venda. Tinham vagas informações sobre aquele crescimento acelerado. Disseram que os frangos recebiam muitos hormônios para crescer. Sabiam quase nada sobre melhoramento genético. Sabiam menos ainda sobre a origem dos insumos. Enfim, os fios que ligam seu trabalho a multinacionais estavam invisíveis para eles. Os graxains parecem estar na mais completa escuridão sobre esses assuntos.

Os lugares onde trabalham os graxains no sul do país são pequenas propriedades de colonos. São minifúndios que variam entre 3 e 16 alqueires. No passado já foram maiores. Na região do Itajaí-mirim, em Santa Catarina, no início do século XX, imigrantes europeus se instalaram em lotes de 25 hectares. Durante muito tempo foram preservados assim a custa de arranjos de herança, compra de novas terras ou concessão de novos lotes. Contudo, a tendência mais forte não foi esta. A sucessiva partilha dos lotes originais preponderou como regra, arruinando aos poucos a capacidade de sobrevivência exclusivamente do trabalho na pequena propriedade.

Isto também aconteceu na região Oeste do Paraná mais ou menos a partir de 1970. O colono já foi símbolo de progresso e perseverança quando, nos anos 50 e 60, tombou matas e aniquilou todo tipo de animal nativo para plantar lavouras e instalar chiqueiros. O processo de acumulação de capital naquela fronteira agrícola fez-se também de seu esforço, e intensificou-se com o agigantamento do maquinário e de insumos químicos que ressuscitavam terras esgotadas. Mas tratores, colhedeiças, pulverizadores e insumos custam muito dinheiro e a capitalização pela via do mercado financeiro pode levar os colonos ao encontro de Zé da Mata, que amargou dívidas que depauperaram suas parcas posses. Sem essas senhas capitalistas a imagem do colono tornou-se pálida, associada à falta de dinheiro e ao atraso. Este processo obrigou muitos de seus filhos a se proletarizar. É uma história bastante conhecida.

Todavia, os colonos sobreviventes ficaram amarrados direta ou indiretamente à agroindústria. Inicialmente participaram da criação de cooperativas que assumiam a função de

abastecê-los e armazenar sua produção visando melhores preços no mercado. Mas este tipo de *upgrade*, longe de potencializar a existência dos colonos, subordinou-os ainda mais à medida que sua posição de produtores individuais não só foi mantida, mas foi reforçada.

O principal nó que ata um colono à empresa capitalista (cooperativa ou não) é o financiamento feito para construir o aviário. A empresa que contrata os colonos pavimenta a relação entre eles e o banco por meio de linhas de créditos, voltadas para a montagem dos aviários, que podem ser de 5 a 8 anos (com possibilidade de reforma ao final do prazo do empréstimo). Embora ela não assuma os riscos como avalista da dívida, a garantia de compra de toda a produção dos avicultores integrados é vista pelo banco como suficiente para a liberação dos empréstimos que viabilizam a construção dos aviários. Além disso, as empresas tendem a oferecer um kit técnico que indica os equipamentos a serem comprados e instalados. Faz parte desse tipo de assédio uma estimativa de custo do aviário e uma previsão de receita líquida anual. A vantagem para a empresa é nítida, pois reduz divergências trabalhistas e compromete os colonos (agora convertidos em avicultores) com a engorda dos frangos.

Antes da década de 1990 este sistema não predominava noutras regiões do país, como a sudeste e a nordeste. Lá era mais comum a cadeia de produção verticalizada onde toda a força de trabalho é proletarizada. O sistema integrador é mais lucrativo para as empresas porque externaliza funções e custos da produção ao mesmo tempo em que torna o avicultor diretamente envolvido com o sucesso da engorda dos frangos. No entanto, este sistema dificilmente se enraíza em lugares onde os minifúndios estão ausentes. Isto torna ainda mais específica a dominação do capital no campo, uma vez que esse tipo de arranjo produtivo não exige o controle direto sobre a propriedade da terra.

Este é também o sistema mais rentável de exploração do trabalho dos avicultores e o que tem promovido o maior crescimento da produção de carne de frango. Para além dos estados do sul do país, que em 2009 concentraram 55% de toda a produção de frangos para corte, alguns estados do nordeste são ilustrativos deste processo, uma vez que aqueles que adotaram este sistema, como Bahia e Pernambuco, viram aumentar enormemente a produção e os lucros no setor comparativamente aos estados que não o adotaram (EVANGELISTA et al., 2008). Em suma, empobrecidos donos de minifúndios, qualquer que tenha sido a dinâmica de expropriação que os tenha levado a tal situação, tornam-se vulneráveis frente às empresas integradoras.

Mas não é esta a imagem divulgada pelas integradoras. A expansão da rede de integrados está escorada numa forte abordagem ideológica que promete “incremento da renda familiar e geração de novos empregos no campo”. Os exemplos são escolhidos a dedo. É o caso do avicultor, de aparente sucesso, apresentado em matéria da “Revista da Lar” (publicação da Cooperativa Lar, sediada em Cascavel/PR), veiculada na edição de janeiro / fevereiro de 2010. Sua propriedade de 18 hectares está dividida entre o aviário (capaz de abrigar até 17.500 frangos) e a plantação de soja, milho e fumo. Para que o aviário funcione é preciso agregar a força de trabalho da esposa e do filho maior. Em 2010, em condições ideais de pressão e temperatura, ele conseguiria apurar um valor líquido médio de R\$ 4.000,00 por lote de frangos entregues à Cooperativa Lar, o que totalizaria uma renda líquida anual de R\$ 24.000,00, o equivalente a uma renda familiar mensal de R\$ 2.000,00, ou uma renda per capita mensal de R\$ 400,00. O ganho, considerado excepcional pela integradora, ficou abaixo do salário mínimo regional⁸. Mas nem mesmo esta situação é genérica aos avicultores integrados.

Os contratos firmados entre os avicultores e as empresas têm sido denominados de Contratos de Parceria Avícola. São dois os mecanismos principais que dispensam a necessidade de fiscalização e controle sistemáticos e diários (embora abram tal possibilidade para as empresas) sobre o trabalho dos avicultores. Nas cláusulas iniciais a empresa explicita as responsabilidades recíprocas de dois sujeitos, em situação de aparente igualdade, que se amarram juridicamente. A empresa será a fornecedora de insumos tais como os pintainhos, os

⁸ A família é formada de 5 pessoas. Se os três adultos trabalhassem como assalariados, recebendo um salário mínimo cada, a renda familiar seria de R\$ 2.142,00.

medicamentos, a ração, a assistência técnica e o derradeiro transporte das aves. Quanto ao avicultor, transcrevo a elucidativa cláusula contida em um contrato padrão:

O CRIADOR promoverá a criação dos frangos em aviários na sua propriedade, construído e equipado de forma a atender as exigências técnicas da [empresa], correndo as suas expensas as despesas com gás, cama, papel para alojamento, lenha, energia elétrica, mão-de-obra, funcionários, questões trabalhistas, previdenciárias e acidentárias.

Na forma da lei todos os custos implicados na etapa de engorda dos frangos são repassados ao avicultor, incluídos aqueles decorrentes da construção do próprio aviário. O contrato é um artefato que legaliza a externalização de funções produtivas. Igualado juridicamente à empresa, o pequeno proprietário converte-se na prática em trabalhador integrado, envolvido e explorado no circuito de produção de carne de frango.

O processo de trabalho no aviário não é autônomo e tampouco está sob o controle do avicultor e de sua família que, na maioria dos casos, é implicitamente recrutada no contrato. Antes de constituir ele mesmo um processo inteiro de trabalho, que recebe os pintainhos e os torna frangos, está completamente articulado ao processo mais amplo que visa a produção de carne de frango. A empresa integradora especifica o processo e a rotina de trabalho à medida que determina a planta produtiva dos aviários, a escala de alimentação dos pintainhos, os procedimentos medicamentosos, a assistência técnica e a produtividade esperada. Esta última, se não observada, pulveriza a modesta parcela do resultado da produção que cabe ao avicultor. Sua remuneração prevista em contrato é definida pelo Índice de Eficiência Produtiva (IEP), estipulado na equação seguinte:

$$\text{IEP} = \frac{(100 - \% \text{ mortalidade}) \times \text{Peso Médio dos Frangos}}{\text{Idade de Abate dos Frangos} \times \text{Conversor Alimentar}} \times 100$$

Portanto, no âmbito da análise do processo produtivo pouco importa a etiqueta jurídica grudada no avicultor. Ele funciona como força de trabalho. Já o contrato funciona como um poderoso verniz ideológico, usado para encobrir e lubrificar a exploração do trabalho numa escala familiar.

O contrato permite ainda expropriações adicionais sobre os avicultores quando os técnicos que representam as empresas conferem os lotes de frangos na hora da entrega. Qualquer vestígio de inobservância das prescrições feitas ao avicultor pode ser utilizado para reduzir o pagamento. Se a água contiver impurezas, se outras criações forem identificadas na propriedade, se a higiene dos aviários sofrerem notificações ao longo das inspeções, se as aves apresentarem algum tipo de deformação, enfim, há um menu de ardis técnicos que pode ser utilizado para reprovar o trabalho dos avicultores. Essas provas são literalmente colecionadas durante as visitas técnicas que os representantes realizam nos aviários de tal modo que as propriedades passam a estar sob o domínio das empresas. Um avicultor entrevistado por Rosane Zen tenta explicar o que ele mesmo se sente incapaz de entender, mas que é aceito por imposição de uma situação desigual que transborda do contrato de parceria (ZEN, 2009, p.52):

O mais difícil é você fazer o lote não ter calo de pata. Porque você trabalha e sempre dá [por mais que se trabalhe, o problema sempre acaba aparecendo]. Outra coisa são os condenados. Você olha o lote parece coisa mais linda... e depois dá um monte de condenação. Nem os técnicos entendem. Se a gente reclama é pior. Que daí eles começam a martelar em cima da gente, e judiar da gente. Acho que os técnicos enjoam se a gente só fica reclamando.

Este tipo de situação pode empurrar os avicultores a tentativas desesperadas de se verem livres dos aviários. Onde a avicultura predomina é bastante corriqueiro encontrar aviários

anunciados nos classificados dos periódicos locais. Todavia, o avicultor pode facilmente ultrapassar este limite e chegar a exasperação de perder sua propriedade para os credores. Num caso ou noutro as empresas integradoras não perdem nada. Seguem praticando proselitismo, martelando a ideia de que ser integrado é um bom negócio. De fato há conjunturas que dão suporte a essa ideia, fazendo a boa sorte dos avicultores. Afinal, uma mentira precisa ser minimamente palpável para que funcione. Mas tais conjunturas são curtas e desaparecem tão logo o número de avicultores sature a vantagem de ficar no limite (ou abaixo dele) da demanda apresentada pelas empresas.

Os avicultores podem ser vistos também como produtos históricos da agroindústria avícola. Embora permaneçam como donos de terras são expropriados das condições que poderiam mantê-los independentes e numa distância razoável do empobrecimento. Isso os torna uma presa fácil para as empresas integradoras. Estas alimentam sistematicamente as expectativas que os avicultores têm de conseguir rendimentos que alinhem seu padrão de vida ao status de proprietários. Nesse caso a proletarização (como resultado de uma expropriação clássica) não é funcional à reprodução do capital enfronhado no setor avícola. E paradoxalmente é esta mesma esperança que os mantém estacionados, sem sair do lugar, excepcionalmente experimentando alguma ascensão que, quando acontece, fertiliza o campo ideológico de onde brotam os novos avicultores dessa agroindústria.

4. O trabalho nos frigoríficos

Camila é uma jovem de 22 anos. Mora com os pais em Eldorado, Mato Grosso do Sul. Cinco vezes por semana ela viaja até a cidade de Marechal Cândido Rondon, no Paraná, percorrendo uma distância de 210 quilômetros, somadas a ida e a volta. Ela acorda por volta das 4:00 horas, prepara um desjejum de pão com café e leite que é engolido rapidamente. Ato contínuo ela se arrasta até o lugar onde embarca num dos ônibus que transporta uma centena de trabalhadores para o frigorífico da Copagril. Isto geralmente acontece por volta das 4:30 horas. Depois disso, ela se acomoda como pode dentro do ônibus e tenta cochilar durante as 2 horas seguintes que marcam seu trajeto cotidiano até o trabalho. A matemática é fácil, mas cansativa. São 30 minutos entre o despertar e a rotina do ônibus, 2 horas na viagem de ida, 30 minutos aguardando o início do turno, 8 horas de trabalho, 30 minutos a esperar o ônibus e 2 horas na viagem de volta. São... 14 horas! Isto é, quando tudo sai bem.

Pra que tanto esforço?

O salário? Em 2010 quando o salário mínimo regional para trabalhadores na produção de bens e serviços equivalia a R\$ 714,00, Camila via registrado em seu holerite R\$ 699,56. No entanto, diversos descontos corroíam aproximadamente 22% daquele valor. Do salário de Camila eram subtraídos: INSS, Seguro de Vida Obrigatório, Alimentação, Mensalidade da Associação Recreativa, o transporte (?!), a Contribuição Sindical e a Contribuição Negocial Associativa (esta pérola da Reforma Sindical). 14 horas de seu dia eram trocadas por R\$546,00 e a Carteira de Trabalho assinada.

O trabalho? A literatura especializada tem sido prodigiosa em mostrar como o trabalho nas linhas de produção de frigoríficos avícolas é degradado. Aliás, esta expressão, forjada por Harry Braverman quando caracterizou o processo de expansão e intensificação do trabalho sob a lógica do capital monopolista, ajuda bastante a definir a realidade vivida nos frigoríficos que completam esta celebrada cadeia de produção avícola.

Trabalho degradado. No elenco de temas que não poupam a galinha dos ovos de ouro da agroindústria o aspecto mais sublinhado aponta para a relação entre este tipo de trabalho e as doenças ocupacionais. Já encontrei mais de dezenas de textos que exibem numerosas e convincentes evidências sobre a carnificina provocada pelo extenuante trabalho à frente de nórias sempre carregadas de frangos. Também conheci jovens trabalhadores com suas vidas embaraçadas e danificadas por este tipo de trabalho (BOSI, 2009). Meu contato direto com esse universo começou em 2006 porque um aluno de graduação da Universidade onde trabalho me

procurou para candidatar-se a uma bolsa de iniciação científica. Ele argumentou que não tinha como manter-se no curso se tivesse que continuar trabalhando no frigorífico da Copagril. Não sei se ele teve a intenção de me comover, mas a história que me contou era pavorosa. Cresceu num bairro pobre da cidade de Cascavel se defendendo do alcoolismo do pai e de uma infância miserável. Desta situação até a conclusão do ensino médio não houve uma nota sequer de sua vida que destoasse daquela sinfonia inacabada. Ele estava por conta própria havia muito tempo e mudou-se de Cascavel para estudar História. Mas já não tinha energia para suportar o trabalho na Copagril e o curso de graduação. Depois dele reconheci muitos outros alunos e alunas que partilhavam esse universo, embora sem aquela mesma dramaticidade. Não. Nunca encontrei ninguém que desejasse ser um operário na linha de produção avícola.

Retorno a história de Camila. Pergunto a ela sobre sua rotina de trabalho na Copagril. Nada excepcional. Sua função é desossar os frangos. Ela diz que isto precisa ser feito com rapidez. O manejo da faca segue sempre o mesmo plano, o mesmo desenho imaginário, os mesmos movimentos. Com o tempo a memória decora tudo aquilo, e os gestos se tornam quase automáticos. O tédio, a monotonia e a fadiga são sentimentos inescapáveis daquele enredo que sempre se repete. Mas as coisas, que já são ruins, podem piorar. Se algum trabalhador desfalca a linha de produção, ou se a carne se acumula na esteira, o caos se instala e o trabalho se torna mais difícil. Eles chamam tal situação de “vareio”. Pergunto a ela o que já perguntei a outros trabalhadores de frigoríficos naquela região: o vareio é utilizado como forma de protesto? “Não”, ela responde. Me sinto frustrado, pois esta é a resposta que tenho obtido sem exceção.

A organização do trabalho onde Camila está empregada reflete um padrão que tem assegurado o lucro das empresas do ramo. Primeiramente, depois de anestesiada e morta, a ave vai para o setor de escaldagem. Esta fase é a mais mecanizada da produção porque a escaldagem é realizada numa temperatura média entre 52 e 54 °C para o corpo do frango, e entre 70 e 80 °C para os pés. Então a ave é limpa por uma série de depenadeiras, seguindo para o setor de evisceração onde são retirados o abdômen, o papo, a traquéia, o esôfago, os pulmões e as vísceras. Por fim, ela é resfriada para 3 °C e cortada por máquinas automáticas que subtraem a pele e separam asas, coxas e peito. O que sobra da ave é então encaminhado para a terceira etapa da produção, o setor de esartejamento do frango, onde trabalha a maioria dos homens e mulheres. Os trabalhadores refinam os cortes já realizados por máquinas, corrigindo suas imperfeições, retirando restos de pele e cartilagem, desossando coxa, sobre-coxa e peito, produzindo o filé para exportação que são endereçados ao Japão, Europa e Oriente Médio.

Não é uma ocupação atrativa. Longe disso, desde que o frigorífico da Copagril começou a operar em 2005, a rotatividade dos trabalhadores robusteceu-se de modo a se tornar uma das principais características deste trabalho. Rinaldo Varussa investigou esta realidade e identificou um *turnover* que beirou 100% dentro de um mesmo ano, o que foi interpretado por ele como uma rejeição massiva àquele tipo de trabalho (VARUSSA, 2011). Em 2008, num universo aproximado de 1560 postos de trabalho no frigorífico, foram admitidos 1341 trabalhadores e demitidos 1318. Em 2009 foram admitidos 1795 e demitidos 1602. Em 2010 foram admitidos 1838 e demitidos 1711. Nesses três anos as demissões realizadas à pedido dos trabalhadores atingiram 59,4%, 54,6% e 57,7% respectivamente.

Olhando para a mesma direção Diane Gemelli tabulou os números sobre a presença de trabalhadores nativos da cidade de Marechal Cândido Rondon no frigorífico. Sua conclusão indicou que essa presença declinou de 976, em 2008 (62,5%), para 716 em 2009 (44,5%), e para 666 em 2010 (43%). Atualmente, mais da metade dos trabalhadores vêm de outras cidades vizinhas, inclusive de municípios do Mato Grosso do Sul, como é caso de Camila. Embora a série inventariada por Gemelli seja curta verifica-se uma crescente ampliação da área onde o frigorífico busca braços para o trabalho. Em 2008, 11 municípios constituíam o manancial de trabalhadores. Este número subiu para 14 municípios em 2009 e chegou a 16 no ano de 2010 (GEMELLI, 2011).

Um dos gerentes desse frigorífico, perguntado sobre as razões desta rotatividade, não pestanejou em responder:

Olha, a demanda de mão-de-obra é bastante né?. Só que não existe a mão-de-obra suficiente pra suprir as necessidades da empresa. [...] Uma das grandes dificuldades que a gente vê ao nosso sucesso aqui em Marechal Cândido Rondon, principalmente nessa região, é que não existe a cultura nossa, ainda é muito resistente as pessoas trabalharem em turnos, levantar mais cedo pro trabalho né?. Que de repente ele não quer trabalhar de noite. Nossa cultura não está habituada a trabalhar em processo industrial ainda. (Grifo meu)

Seu diagnóstico – provavelmente elaborado nas instâncias superiores da empresa – identifica uma resistência dos trabalhadores nativos ao trabalho industrial. Parece ser uma avaliação sincera e uma hipótese interessante para a pesquisa. Podemos corroborá-la no plano teórico a partir de Marx, quando ele examinou o processo de acumulação inicial e identificou a necessidade de o capital quebrar qualquer resistência que o impedisse de tomar homens e mulheres como força de trabalho. É preciso que a classe trabalhadora, “por educação, tradição [e] costume [reconheça] as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes” (MARX, 1988, p.267). Ademais, a realização de tal tarefa implica fazer com que os trabalhadores repercutam as ideias dominantes como sendo suas, e isso não tem sido fácil para os que dirigem o frigorífico. É nesse contexto que suas ações têm assumido uma intensidade ideológica irradiada a partir, principalmente, da imprensa local e de campanhas publicitárias.

A esse respeito, Aparecida Darc Souza mapeou a presença da indústria alimentícia no jornal “O Presente”. Sua conclusão indicou que diversos artigos e matérias deste jornal, desde 2000, celebram o crescimento da atividade industrial tratando-a “como sinônimo de progresso para a cidade e de possibilidade de ascensão e melhoria de vida para a população local” (SOUZA et al, 2011, p.12). Por vezes, nem mesmo a propaganda oficial da empresa é tão incisiva como a que é divulgada no jornal.

Numa campanha iniciada em 2011, o frigorífico lançou-se sobre os trabalhadores divulgando as vantagens oferecidas pela empresa. Pelo menos dois aspectos merecem destaque e rápida análise. O primeiro deles, “o pagamento de salários sem atrasos”, é apresentado como uma forte razão para o ingresso naquela empresa, uma verdadeira vantagem comparativa relativamente a outros empregadores. Mostrar-se disposto a pagar o salário sem atraso oferece uma caracterização insuspeita sobre as condições predominantes nesse mercado de trabalho na cidade. O segundo aspecto evidencia os laços entre a empresa e o sindicato que oficialmente representa os trabalhadores. Serviços prestados pela entidade de classe são oferecidos como parte do cardápio de benefícios apresentado pela empresa. “Cortes de cabelo e curso de informática para funcionários e dependentes”. Eis um artefato arqueológico da estrutura sindical varguista, bastante funcional ao capital em pleno século XXI⁹. Por fim, o cartaz traveste a dificuldade permanente de a empresa encontrar e recrutar trabalhadores, insinuando que está momentaneamente aberta a contratações.

Retorno pela última vez a Camila. Releio sua entrevista e penso agora que ela não está em melhor posição do que Divino. Quando ele vendia suas galinhas caipiras expressava um modo de vida e de trabalho prenhe de sentido, embora considerado simples e humilde. Na pequena chácara onde plantava hortaliça e criava galinhas, Divino se via integrado de uma maneira ativa e visceral com seu trabalho. Não raras vezes seu mundo foi julgado como rude e atrasado. Mas ele levava a vida como podia, mergulhado em relações de forças que estabilizavam aquele mundo claramente em favor das classes dominantes. Hoje eu entendo que

⁹ A relação entre o Frigorífico e o SINTRASCOOPA (o mesmo sindicato citado no cartaz) é assumidamente de colaboração. Em estudo sobre ações trabalhistas contra o frigorífico Rinaldo Varussa identificou manifestações explícitas dos advogados patronais em favor do SINTRASCOOPA, notificando a Vara Trabalhista sobre “quem representa os empregados em cooperativa nesta região”. Esta preferência busca marginalizar outro sindicato, mais antigo, o SINTRANAL (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Marechal Cândido Rondon), fundado em 1989 (dez anos antes da criação do outro sindicato). O SINTRASCOOPA é ligado a UGT (União Geral dos Trabalhadores, central sindical de nítido corte conciliador).

ele forçava algumas frestas naquelas relações para tentar impor-se como trabalhador, pai de família, homem honesto, honrado, de boa cepa. Sua clientela não comprava dele apenas o frango caipira. Aquela relação de troca costumava transbordar o valor mercantil, envolvendo conversas, interesse (nem sempre real) sobre a vida alheia, um sentimento de que ambos eram familiares. Esse tipo de valor afetivo endossava sua existência. É claro que sociólogos, antropólogos e historiadores menos vulneráveis às experiências da classe trabalhadora podem me passar uma advertência mostrando que deveríamos interpretar o caráter de Divino como um papel prescrito, não só tolerado, porém esperado pelos dominantes. Também é preciso reter que o sentimento de viver numa comunidade pode disfarçar a dominação ou torná-la mais palatável. Tudo isso é igualmente verdadeiro. Mas o que não se pode negar é que a vida de Divino dependia menos do capital do que dependem hoje as vidas de graxains, avicultores e aqueles que trabalham no frigorífico. Divino tinha mais a perder do que trabalhadores como Camila.

5. Considerações Finais

Se o leitor me acompanhou até aqui abusarei um pouco mais de sua paciência, mas prometo concluir. As estatísticas apresentadas no início deste texto são prodigiosas em realçar o sucesso da cadeia produtiva avícola. A esta altura parece correto afirmar que a magnitude desses números dependeu fundamentalmente do desenvolvimento de um *know-how* acerca da produção em escala do frango. O aumento geométrico verificado desde pelo menos os anos 70 pressionou para baixo os preços da carne de frango e, no caso brasileiro, ultrapassou o consumo das carnes de boi e de porco. Digamos que esse imenso matadouro que fornece carne para distantes lugares do planeta resultou de uma daquelas revoluções nos meios de produção mencionadas por Marx, revoluções que se apoderam de fases preliminares ou intermediárias da produção de um objeto e as articulam. Revoluções que se apoderam, às vezes passivamente, sem que percebamos, das vidas dos trabalhadores.

Escorado nessas reflexões feitas até aqui me convenço do óbvio, de que graxains, avicultores e trabalhadores em frigorífico brotaram deste tipo histórico de desenvolvimento capitalista. O que lhes aparece como alternativa, seja a instalação de um aviário ou o trabalho de catar e esquartejar frangos, são também funções produtivas premeditadas pelo capital. Mas tudo isso necessita um ingrediente que faça jovens trabalhadores e colonos se precipitarem para a agroindústria. Nesse contexto a promessa cínica de gerar empregos e renda ganha contornos ideológicos ostensivos para além das empresas, ajudada que é por aparatos estatais e privados que tratam de disseminar a alternativa única como a melhor alternativa. A continuada destruição das condições de sobrevivência de nossos personagens corta tão profundamente até alcançar seus valores, juízos e expectativas e pressioná-los a contentar-se com o que está sendo oferecido. São essas seguidas expropriações vividas que os empurram a buscar o endereço da agroindústria. E sob essas condições eles vão fazendo sua própria história, “com pouca ou com muita coragem”.

Referências

- BARBOZA, David. “Meatpackers’ Profits hinge on pool of Immigrants Labor”. In *The New York Times*. Late Edition – Final. December 21, 2001 Friday. Acesso 10 Dez. 2010. Disponível em <http://www.nytimes.com/2001/12/21/>
- BOSI, A.P. “Juventude e Trabalho Industrial no Oeste Paranaense: O futuro que não se realiza”, In *Temas & Matizes*. Vol. 8, No. 16, Cascavel: Edunioeste, Segundo Semestre de 2009, p. 172-183. <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temasmatizes/article/view/3940/3090>
- DALLA COSTA, A.J. *Agroindústria brasileira contemporânea: inovações organizacionais e transformações tecnológicas na avicultura*. 1997. 351 p. Tese de Doutorado. Instituto de Altos Estudos da América Latina. Université de la Sorbonne Nouvelle, Paris III.

- EVANGELISTA, F.R. et al. “A Avicultura industrial de corte no Nordeste: Aspectos Econômicos e Organizacionais”. In *XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. Fortaleza/CE. 2008. Acesso 21 Fev. 2010. Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/9/434.pdf>
- GEMELLI, Diane D.. *Mobilidade territorial do trabalho como expressão da formação do trabalhador para o capital: frigorífico de aves da Copagril de Marechal Cândido Rondon/PR*. 2011. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Campus de Francisco Beltrão. Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
- KANDEL, William. “Meat-Processing Firms Attract Hispanic Workers to Rural America”. In *Amber Waves*. The economics of Food Farming, Natural Resources, and Rural America. 2006. Acesso 15 Abr. 2011. Disponível em <http://www.ers.usda.gov/AmberWaves/>
- KANDEL, W; PARRADA, E. “Meat Consumption, Meat Processing Restructuring, and Rural Hispanic Population Growth”. In *Migration Dialogue*. Acesso 10 Dez. 2010. Disponível em <http://migration.ucdavis.edu/cf/files/2006-june/kandel-parrado.pdf>
- KENNER, Robert. *Food, Inc.* [Documentário DVD]. Produzido por Magnolia Pictures Release, direção de Rober Kenner. New York, 2009. DVD, 93 min. Color. son.
- MAREL FOOD SYSTEM. ScanPortiner B22. Acesso 11 Jul. 2011. Disponível em <http://www.scanvaegt.dk/Default.aspx?ID=885>
- MARTINS, J.S. *Expropriação e Violência*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- MARX, Karl. “A Assim Chamada Acumulação Primitiva”, In *O Capital, Livro I, Tomo II*, São Paulo: Nova Cultural: 1988, p.251-284.
- MOREIRA, Vagner J. et al.. “Trabalho e trabalhadores da Unidade de Produção de Pintainhos da Cooperativa Agroindustrial Lar, Vila Celeste – Santa Helena/PR”. Mimeo. 2011. 22f.
- SAVAGLIA, Fernando. “Liderança Mundial”, In *Revista Nacional da Carne*. N. 385. Março de 2009.
- SORJ, Bernardo et al. *Camponeses e Agroindústria*. Transformação social e representação política na avicultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SEYFERTH, Giralda. “Aspectos da proletarização do campesinato no Vale do Itajaí (SC)”. In *Cultura & Identidade Operária*. Aspectos da Cultura da Classe Trabalhadora. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Marco Zero, 1987, p.103-120.
- SOUZA, A. D. et al. “Trabalho industrial no periódico “O Presente” de Marechal Cândido Rondon/PR (2000-2010)”. Relatório de Pesquisa. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. 2011. 21f.
- STORTI, Irma. *As Estratégias de Existência Camponesa entre os avicultores vinculados à COPAGRIL*. 2010. 116 f. Dissertação (Dissertação em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2010.
- UBA. Relatório Anual 2009. Acesso 3 Mai. 2010. Disponível em http://www.abef.com.br/uba/relatorios_anuais_php/
- VARUSSA, Rinaldo J.. “Trabalhadores em frigoríficos e a construção de direitos: Oeste do Paraná, décadas de 1990 e 2000”. Mimeo. 2011. 26 f.
- ZEN, Rosane T. *O Processo de Trabalho dos Avicultores da SADIA S.A.: Controles, Mediações e Autonomia*. 2009. 161 f. Dissertação (Dissertação em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2009.